

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 816.225 - SP (2015/0291541-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : SERGIO PUBLIO CUPINI
ADVOGADO : FABIO PERRELLI PEÇANHA - SP220278
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SÉRGIO PUBLIO CUPINI contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fls. 316/317):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO PREVISTO NO ART. 557, §1º DO C.P.C. ATIVIDADE ESPECIAL. NÃO CARACTERIZADA.

I - Pode ser, em tese, considerada especial a atividade desenvolvida até 10.12.1997, independentemente da apresentação de laudo técnico, tendo em vista que somente com o advento da Lei 9.528 de 10.12.1997 deu-se eficácia ao Decreto nº 2.172 de 05.03.1997, que definiu quais os agentes prejudiciais à saúde a justificar a contagem diferenciada a que faz alusão a Lei 9.032/95.

II - Em se tratando de categorias profissionais previstas nos aludidos decretos previdenciários (53.831/64 e 83.080/79), não havia necessidade de se comprovar a exposição a agentes nocivos em toda a jornada de trabalho, pois que era presumida por expressa presunção legal.

III - Todavia, diversa é a situação dos autos, eis que o autor exerceu a função de desenhista projetista de 19.08.1970 a 26.09.1979, categoria profissional não prevista nos decretos previdenciários, e não passível de enquadramento especial por exposição a agentes nocivos, eis que não listados como tais nos decretos previdenciários (poeira, calor, etc.), devendo, assim, serem mantidos os termos da decisão agravada que considerou tal atividade como comum. A exposição a cimento apenas justifica a contagem especial para fins previdenciários quando decorrente da produção/extração industrial de sílica, ou ao trabalhador ocupado na construção de túneis em grandes obras de construção civil, a teor do código 1.2.12 do Decreto 83.080/79, situação que não se afigura nos autos.

IV - Mantidos os termos da decisão agravada que considerou comum o período laborado de 01.10.1979 a 10.05.1990, eis que a exposição ao ruído de 84 decibéis e agentes químicos, era eventual, ocorrendo apenas quando o autor, na função de orçamentista, precisava visitar a fábrica, três dias por semana, para acompanhar o desenvolvimento de equipamentos encomendados por terceiros à aludida empresa.

V - Embora apenas com o advento da Lei 9.032/95 se tenha dado nova redação ao §3º do art.57 da Lei 8.213/91, acrescentando a expressão "permanente, não ocasional, nem intermitente", a aferição para caracterizar a atividade prejudicial, desde o advento da Lei nº 3.807/60, que estabeleceu os critérios para a aposentadoria especial, sempre decorreu da exposição habitual, ou seja, durante toda a jornada, do trabalhador aos agentes nocivos, situação não configurada nos autos.

VI - Agravo da parte autora improvido (art.557, §1º C.P.C).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 329/334).

No especial obstaculizado, o recorrente alegou preliminar de ofensa

ao art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973 ou 1.022 do CPC/2015, por ausência de prestação jurisdicional, ante o não suprimento de vícios apontados em sede de embargos de declaração.

No mérito, apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 31 da Lei 3.807/60, dos arts. 1º e 2º do quadro anexo do Decreto 53.831/1964 (que regulamentou o art. 31 da Lei 3.807/1960) e do art. 60 e do anexo I do Decreto 83.080/1979 (que regulamentou o art. 31 da Lei 3.807/60), sustentando que a referida legislação deve ser aplicada aos trabalhadores expostos aos agentes nocivos descritos no formulário DSS-8030, por ele apresentado, independentemente desses trabalhadores pertencerem ou não às categorias profissionais listadas nessas normas.

Afirmou que a exposição a agentes nocivos (no caso, o ruído) pode se dar em apenas parte da jornada do trabalhador.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que inexistiu negativa de prestação jurisdicional e de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a ausência de prestação jurisdicional foi patente e que a solução da demanda não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

Não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, contudo em sentido contrário à pretensão recursal, o que não se confunde com o vício apontado. A propósito: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 887.885/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Corte Especial, julgado em 18/04/2018, DJe 26/04/2018.

Quanto à atividade exercida de 28/08/1990 a 02/03/1991, o acórdão recorrido assim concluiu (e-STJ fls. 314/316):

A decisão agravada destacou que pode ser, em tese, considerada especial a atividade desenvolvida até 10.12.1997, independentemente da apresentação

de laudo técnico, tendo em vista que somente com o advento da Lei 9.528 de 10.12.1997 deu-se eficácia ao Decreto nº 2.172 de 05.03.1997, que definiu quais os agentes prejudiciais à saúde a justificar a contagem diferenciada a que faz alusão a Lei 9.032/95.

De outro turno, em se tratando de categorias profissionais previstas nos aludidos decretos previdenciários (53.831/64 e 83.080/79), não havia necessidade de se comprovar a exposição a agentes nocivos em toda a jornada de trabalho, pois que esta era presumida por expressa disposição legal.

Todavia, diversa é a situação dos autos, eis que o autor exerceu a função de desenhista projetista na empresa Promon de Engenharia Ltda de 19.08.1970 a 26.09.1979 (DSS 8030 fl.67/69), categoria profissional não prevista nos decretos previdenciários, e não passível de enquadramento especial por exposição a agentes nocivos, eis que não listados como tais nos decretos previdenciários (poeira, calor, etc.), devendo, assim, ser mantidos os termos da decisão agravada que considerou tal atividade como comum.

Ressalte-se que a exposição a cimento apenas justifica a contagem especial para fins previdenciários quando decorrente da produção/extração industrial de sílica, ou ao trabalhador ocupado na construção de túneis em grandes obras de construção civil, a teor do código 1.2.12 do Decreto 83.080/79, situação que não se afigura nos autos.

Dessa forma, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a questão ora ventilada com base na realidade que delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ANÁLISE QUANTO À COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORAL EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que a parte agravante não exerceu atividade considerada especial, de forma habitual e permanente, no período controvertido, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.087.982/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. REEXAME DOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O rol de atividades previstas nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79 é exemplificativo, sendo possível que outras atividades não enquadradas sejam reconhecidas como insalubres, perigosas ou penosas, desde que tal situação seja devidamente comprovada.

Precedentes: AgRg no AREsp 598.042/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 15/12/2014; AgRg no AREsp 534.664/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/12/2014; e AgRg no REsp

1.280.098/RJ, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 01/12/2014.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu que cabia à parte autora a apresentação do laudo técnico. Além disso que, em relação ao período de 7.7.1989 a 30.11.1996, não foi comprovado o exercício da atividade de trabalhador de via permanente sob condições especiais, tornando-se, assim, impossível o reconhecimento do tempo de serviço especial.

3. Destarte, se a Corte de origem afirma que não houve o preenchimento dos requisitos necessários a demonstrar a submissão do trabalhador aos agentes nocivos, rever os fundamentos do voto condutor demanda reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado em Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Rever a distribuição dos ônus da prova envolve análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, atraindo aplicação do referido Enunciado Sumular 7 do STJ.

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.589.004/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 12/09/2016).

Quanto à atividade exercida de 1º/10/1979 a 10/05/1990, assim se pronunciou o aresto recorrido (e-STJ fl. 315):

De igual forma, devem ser mantidos os termos da decisão agravada que considerou comum o período laborado de 01.10.1979 a 10.05.1990 (SB-40 fl.64, laudo técnico fl.65/66), eis que a exposição ao ruído de 84 decibéis e agentes químicos, era eventual, ocorrendo apenas quando o autor, na função de orçamentista, juntò à empresa Nordon Indústria Metalúrgicas S/A, precisava visitar a fábrica, três dias por semana, para acompanhar o desenvolvimento de equipamentos encomendados por terceiros à aludida empresa.

Cumprasse ressaltar que, embora apenas com o advento da Lei 9.032/95 se tenha dado nova redação ao § 3º do art.57 da Lei 8.213/91, acrescentando a expressão "permanente, não ocasional, nem intermitente", a aferição para caracterizar a atividade prejudicial, desde o advento da Lei nº 3.807/60, que estabeleceu os critérios para a aposentadoria especial, sempre decorreu da exposição habitual, ou seja, durante toda a jornada do trabalhador aos agentes nocivos, situação não configurada nos autos.

Os julgados trazidos à colação pelo agravante, em que se entendeu pela inexigibilidade de prova de exposição ao agente nocivo em toda a jornada de trabalho, referem-se aos trabalhadores ocupados em cargos de eletricitista de empresas de fornecimento de energia elétrica, com exposição a alta voltagem, com eminente risco à vida, situação diversa do caso dos autos.

Ante a ausência de lei específica sobre a exposição permanente do trabalhador aos agentes nocivos em período anterior a 1995, conclui-se que a referida exigência somente em decreto excede à finalidade regulamentar da legislação de regência. A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL NÃO COOPERADO. POSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA PARTE NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, pois *in casu* o Tribunal Regional Federal da 4ª Região analisou integralmente todas as questões levadas à sua apreciação, notadamente, a possibilidade de se

reconhecer ao segurado contribuinte individual tempo especial de serviço, bem como conceder o benefício aposentadoria especial.

2. O *caput* do artigo 57 da Lei 8.213/1991 não traça qualquer diferenciação entre as diversas categorias de segurados, elegendo como requisitos para a concessão do benefício aposentadoria especial tão somente a condição de segurado, o cumprimento da carência legal e a comprovação do exercício de atividade especial pelo período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos.

3. O artigo 64 do Decreto 3.048/1999, ao limitar a concessão do benefício aposentadoria especial ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual cooperado, extrapola os limites da Lei de Benefícios que se propôs regulamentar, razão pela qual deve ser reconhecida sua ilegalidade.

4. Tese assentada de que é possível a concessão de aposentadoria especial ao contribuinte individual não cooperado que cumpra a carência e comprove, nos termos da lei vigente no momento da prestação do serviço, o exercício de atividade sob condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou sua integridade física pelo período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos.

5. Alterar a conclusão firmada pelo Tribunal de origem quanto à especialidade do trabalho, demandaria o necessário reexame no conjunto fático-probatório, prática que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e nessa parte não provido.

(REsp 1.436.794/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015) (Grifos acrescidos).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", "b" e "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de afastar a exigência de exposição habitual ao agente nocivo no período compreendido entre 1º/10/1979 a 10/05/1990 (anterior à vigência da Lei n. 9.032/1995).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator